

# Educação, desenvolvimento e inclusão digital: reflexões teórico-metodológicas para uma avaliação dos Centros Rurais de Inclusão Digital – CRID´S<sup>1</sup>

Education, development and digital inclusion: theoretical-methodological evaluation of the Centros Rurais de Inclusão Digital - CRID´S

Éducation, du développement et de l'inclusion numérique: évaluation théorique et méthodologique du Centre Rural pour L'inclusion Numérique - CRID´S

La educación, el desarrollo y la inclusión digital: reflexiones teórico-metodológicos de la evaluación del Centro Rural para la Inclusión Digital - CRID´S (Endnotes)

*Alcides Fernando Gussi<sup>2</sup>  
Cátia Regina Muniz<sup>3</sup>  
Hermínio Borges Neto<sup>4</sup>*

**Resumo:** A proposta deste artigo é apresentar as reflexões teóricas e a proposta metodológica de uma pesquisa de avaliação, em curso, sobre os Centros Rurais de Inclusão Digital – CRID´S, ambientes virtuais de aprendizagem instalados em comunidades de assentamentos rurais no Ceará, no âmbito de um programa do Laboratório de Múltiplos Meios da Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Ceará - UFC. Essa pesquisa objetiva formular indicadores socio-culturais que permitam avaliar em que medida o uso das tecnologias digitais na educação estão contribuindo para inclusão social, bem como para a promoção do desenvolvimento local. Para tanto, apresentamos seus resultados iniciais que consistem numa discussão analítica sobre as noções de desenvolvimento que norteiam a pesquisa e na proposta metodológica de caráter etnográfico. As conclusões indicam que uma avaliação dos CRID´S deve articular o desenvolvimento às várias dimensões da vida social das comunidades rurais em que estão instalados.

**Palavras-chave:** Avaliação, Desenvolvimento, Educação, Inclusão digital.

**Abstract:** The purpose of this paper is to present the theoretical reflections and methodological proposal for an evaluation research in progress on the Rural Center for Digital Inclusion – CRID's, virtual learning environments installed in the rural communities in Ceará, a program of the Multimedia Laboratory of the Faculty of Education/ Universidade Federal do Ceará. This research aims to formulate socio-cultural indicators to evaluate to the use of digital technologies in education and the contribution to social inclusion and local development. This paper presents the initial results that consist of analytical discussion on the notions of development that guide the ethnographic research. The conclusions indicate that an of the development should articulate the development of various dimensions of social life of rural communities in which they are installed.

**Keywords:** Evaluation, Development, Education, Digital Inclusion.

## Introdução

A proposta deste artigo é apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos de uma pesquisa, desenvolvida junto ao Laboratório de Multimeios da Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Ceará – UFC, que tem por objetivo formular indicadores socioculturais que permitam analisar e avaliar em que medida o uso das tecnologias digitais na educação estão contribuindo para inclusão sócio-digital, bem como para a promoção do desenvolvimento. Trata-se de refletir sobre os Centros Rurais de Inclusão Digital – CRID's, ambientes virtuais de aprendizagem instalados em locais de acesso público mantidos sob a responsabilidade de assentamentos rurais e mediados pela escola, e seus impactos na várias dimensões da vida social das comunidades no interior do Ceará.

Esses pressupostos teóricos e metodológicos baseiam-se em duas hipóteses norteadoras da pesquisa: 1) a de que a ideia de inclusão digital, que circunscreve os CRIDs, seria mediada pela cultura, nos termos de Geertz (1989), na medida em que revelam diferentes significados acerca da ideia de desenvolvimento atribuídos por distintos atores envolvidos no Programa, tanto educadores da universidade como técnicos parceiros de órgãos públicos e a comunidade local; 2) a de que a construção de uma etnografia dos CRIDs, como proposta metodológica, conduziria à formulação de indicadores socio-culturais que permitem verificar a mediação entre a inclusão digital e o desenvolvimento das comunidades, e, com isso, avaliar o programa.

Este artigo organiza-se a partir das seguintes seções, em que faremos: (1) a descrição dos CRIDs; (2) uma discussão analítica sobre as noções de desenvolvimento que norteiam a pesquisa; (3) a apresentação da proposta metodológica para a avaliação dos CRIDs; por fim, realizamos algumas considerações, articulando as seções anteriores.

---

## Uma descrição dos CRIDs

---

O CRID, um laboratório de informática educativa que funciona como ambiente virtual de aprendizagem, consiste num programa concebido pelo Laboratório de Pesquisa Multimeios em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–INCRA/CE, o Banco do Nordeste do Brasil–BNB e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- NEAD.

Segundo os objetivos do Programa, nos seus próprios termos, caracteriza-se pela instalação dos laboratórios em locais de acesso público, cuja gestão tende a ser tomada como de responsabilidade de agentes das próprias comunidades dos assentamentos rurais, com mediação da escola local. Nesse laboratório desenvolvem-se atividades de informática educativa, cursos a distância e telecomunicações, prevendo o que o mesmo se dê em “um contexto de desenvolvimento social e pessoal, econômico e cultural” ([www.multimeios.ufc.br](http://www.multimeios.ufc.br)). Ainda, nesse mesmo sentido, prevê-se que os atores “[tenham] o seu poder aumentado quando acessa informações sendo capaz de transformá-las em conhecimento”. De acordo com o procedimento institucional do Laboratório de Multimeios, cada CRID é instalado em uma comunidade de assentamento que atribui como “bem organizada”, mas que apresenta dificuldades de acesso à comunicação exterior.

Os dois primeiros CRIDs instalados até o presente momento localizam-se em duas comunidades rurais na região do semiárido cearense. Trata-se dos assentamentos de Santana, no município de Monsenhor Tabosa, distante 275 km de Fortaleza, formado por uma agrovila com 77 famílias, e o de Todos os Santos, em Canindé, a 170 km de Fortaleza, com 72 famílias espalhadas ao longo de sua extensão. Segundo dados apresentados pelos monitores do programa, em sua maioria estudantes de graduação e pós-

graduação de várias áreas (pedagogia, ciências sociais, computação, matemática), em Santana há apenas um telefone público para atender à população de Santana e o seu entorno; já, em Todos os Santos, a comunicação funciona via emissoras de rádio AM do município de Canindé.

O Programa parte do conceito de inclusão digital, desenvolvido no âmbito das atividades do Laboratório de Multimeios/UFC. Este conceito foi elaborado a partir da experiência empírica e dos saberes acadêmicos com educação digital e se refere “não apenas à disponibilização do acesso às Tecnologias digitais da Informação e Comunicação – TIC, mas à formação para o uso destas em benefício pessoal, profissional ou coletivo” (Borges e Junqueira 2009, p. 3). Ainda, segundo Borges Neto, professor e coordenador do Laboratório de Multimeios, “uma pessoa diz-se incluída digitalmente quando tem um conhecimento digital, ou seja, tem um domínio ou maestria do manejo de tecnologias digitais (o saber digital) e consegue fazer as transposições necessárias (o conhecimento)” (Borges Neto e Junqueira, 2009, p.3-5).

Partindo deste princípio, o Laboratório de Multimeios constitui um saber acerca da inclusão digital, associado a uma concepção pedagógica na qual “[a inclusão digital] não se dá mediante oferta de cursos de computação básica, mas por meio de ações e atividades educativas, baseadas na necessidade de resolução de problemas criados a partir do dia a dia da comunidade, ou mesmo surgido durante uma atividade pedagógica trabalhada” (www.multimeios.ufc.br). Sendo assim, essa noção de inclusão digital permeia todas as ações do projeto, buscando construir junto às comunidades rurais assentadas, o que se denomina – como uma categoria êmica – uma “cultura digital” que atenda às necessidades peculiares ao seu contexto.

Com esses princípios, os pesquisadores do Laboratório de Multimeios desenvolveram uma metodologia para a instalação dos CRIDs a partir da experiência do Laboratório em pro-

jetos de inclusão digital em que calculam como número ideal por base o acesso de 1h30min/ pessoa/ semana. Dessa forma, consideram como condições materiais ideais que cada CRID seja “composto por 10 computadores multimídias, com conexão à Internet em banda larga, impressora laser, scanner considerado de boa qualidade e resolução, máquina digital, câmeras de videoconferência e placa de conversão de sinal VGA para VHS, mesas (e não bancadas)” (www.multimeios.ufc.br).

O Laboratório, por meio de monitores, realiza a formação de agentes locais em informática educativa e cursos de educação à distância e telecomunicações, segundo seus próprios termos, num “contexto amplo de desenvolvimento” (www.multimeios.ufc.br).

A metodologia do Programa pressupõe ainda o estímulo às comunidades em publicar e construir novas ideias, “através de sítios locais e pessoais, projetos educativos, jornais comunitários, atividades culturais, serviços para a comunidade, bem como, a participação em uma grande rede de cooperação etc” (www.multimeios.ufc.br). Os CRIDs podem também funcionar como centros de informação e serviços, visando o que se denomina de “desenvolvimento comunitário ao oferecer informações nas áreas de saúde, educação, negócios, ampliando os canais de comunicação com o Governo e a Sociedade”. (www.multimeios.ufc.br).

Estes saberes acadêmicos e institucionais orientam a formulação e implementação dos CRIDs, e são transpostos às distintas comunidades de assentamentos rurais com a construção e operacionalização dos laboratórios.

Entendemos como pressuposto central para a avaliação dos CRID´s, que esses saberes acerca da tecnologia digital são ressignificados pela comunidade a partir de suas próprias categorias culturais, reorientando os significados da inclusão digital. E que a noção de inclusão digital envolve distintas concepções de desenvolvimento que orientariam o projeto dos CRIDs. Nesse sentido, entendemos que “há mediações culturais que devem ser analisadas quando propomos projetos e políticas públicas de inter-

venção social que visam a mudança social" (Gonçalves, 2008, p. 20).

Com essa proposição, consideramos a noção de inclusão digital e desenvolvimento como categoria analítica norteadora da proposta teórico-metodológica de avaliação dos CRIDs, noção que problematizamos a seguir.

---

## A discussão teórica

---

Ao buscar o significado de inclusão digital, verificou-se que muitos autores que a estudam, relacionam o assunto ao problema da exclusão digital, enfatizando que o foco é o cidadão digital e tecnologicamente excluído ou "infoexcluído", porém que necessita ter a chance de ser incluído na sociedade da informação.

De acordo com os pesquisadores da USP (2005), os termos mais comumente articulados ao tema são acesso à tecnologia da informação e da comunicação; democratização do acesso às informações digitais, democratização da tecnologia, livre acesso do cidadão ao mundo digital e/ou inserção de todas as classes sociais no uso da tecnologia, entre outros com o mesmo sentido.

A pluralidade de visões a respeito do conceito instigou o questionamento do sentido dado à expressão inclusão digital não apenas aos gestores das políticas de inclusão digital, mas principalmente a ressignificação deste termo realizada pelos usuários de tais políticas.

Na interpretação de Lemos e Costa (2005), o processo de inclusão deve ser visto sob os indicadores econômicos (ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias), cognitivo (estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independentemente de uso e apropriação dos novos meios digitais), e técnico (possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet). Incluir, para estes pesquisadores, não deve ser somente uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como ocor-

re em muitos projetos, mas sim um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, bem como, utilização em apropriação (Lemos e Costa, 2005).

Como se pode observar, a denotação dada à expressão inclusão digital por estes pesquisadores é muito semelhante à utilizada pela pesquisa do Laboratório de Pesquisa Multimeios da FAGED/UFC.

Na mesma perspectiva, Cruz (2004) e também Dwyer (2003) acrescentam que, para ser incluído digitalmente, não é suficiente ter acesso a micros conectados à Internet, é necessário também estar preparado para usar estas máquinas, "não apenas com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir seus recursos de maneira plena" (Cruz, 2004, p. 13).

Melo (2006), por sua vez, em pesquisa com professores do curso de formação de educadores da cidade de Uberaba/MG, que teve por objetivo geral contribuir para compreensão dos conceitos adotados no desenvolvimento de projetos de inclusão digital, do governo federal, percebeu que a definição do conceito "Inclusão Digital" se modifica conforme a subjetividade, a história de vida e o conhecimento do assunto de cada pessoa. Os dados coletados em sua pesquisa permitiram a ela concluir que a

inclusão digital é um conjunto de ações em prol do desenvolvimento de habilidades pessoais para utilização das tecnologias de informação e de comunicação capazes de utilizar suas funções em sua vida diária. E que as habilidades que essas iniciativas precisam desenvolver são várias e se modificam de acordo com o contexto social em que se insere. Não é possível a definição de um modelo mas sim a construção de referências que devem ser trabalhadas e implementadas, de acordo com o seu contexto e das subjetividades da população a ser beneficiada. (Melo, 2006, p. 09-10).

No mesmo sentido, pretende-se, por meio da pesquisa apresentada neste artigo, elaborar um conceito a partir da realidade estudada. Isto porque toda introdução tecnológica, segundo Goody (1971 e 1968), pressupõe uma re-significação da tecnologia pela comunidade a partir de suas próprias categorias simbólicas.

Albagli e Maciel (2007) lembram que é preciso estar atento para que a discussão sobre inclusão digital não vire apenas uma "falácia" e, portanto, não sirva para o que deveria ser seu real intuito: prover as camadas mais carentes da população não apenas com informação, mas também com conhecimento, visão também defendida por Borges Neto (2007).

Destaca-se ainda a ênfase dada por Godelier (2001, 310-314) ao paradoxo das sociedades capitalistas: a própria dinâmica da acumulação do capital como principal fonte de exclusão social. Há, neste sentido, nesse sistema, coisas a serem "recalcadas", coisas sobre as quais "é preciso silenciar ou que é preciso travestir de 'interesse comum'". Este autor evidencia que a mesma economia que cria os excluídos em massa confia à sociedade a tarefa de reincluí-los, não na economia, mas no tecido social que, para Gonçalves (2008), se faz por meio das políticas públicas de caráter social institucionalizadas pelo estado.

Segundo Schwarzel Müller (2010), a inclusão digital que vem sendo praticada atualmente no país tem abordado, em sua maioria, apenas a necessidade de fazer com que o cidadão aprenda a usar as tecnologias com o objetivo de inseri-lo no mercado de trabalho. Para atingir tal objetivo são realizados cursos baseados em transmissão de informação que não garantem a construção do conhecimento com apropriação crítica da tecnologia, que provoque mudança comportamental no indivíduo e em seu grupo social.

Na concepção da autora, não é apenas o acesso à tecnologia que promoverá a inclusão, mas sim a forma como essa tecnologia vai atender às necessidades da sociedade e comunidades locais, com uma apropriação

crítica, pois o papel mais importante do processo de inclusão digital deve ser a sua utilidade social. A autora enfatiza ainda que é necessário pensar na contribuição da tecnologia para um desenvolvimento contínuo e sustentável, com a melhoria da condição de vida da população, por meio da redução das desigualdades sociais e econômicas. Neste sentido, Schwarzel Müller (2010) propõe que os programas de inclusão digital se preocupem em oferecer atividades contextualizadas às características dos grupos sociais envolvidos de modo que a utilização da tecnologia seja feita de maneira conexa ao modo de vida desses grupos e às suas necessidades, e que promovam a troca e a socialização de experiências entre indivíduos e grupos, mediadas pela tecnologia.

Silveira (2003) apregoa que a inclusão digital seja feita incorporando fatores cognitivos importantes para que os usuários possam de fato dominar a linguagem utilizada e os conteúdos acessados, de tal forma que sua inclusão represente, (a) uma ampliação da cidadania; (b) uma melhor inserção das camadas mais pobres ao mercado de trabalho e (c) permita progressos dos jovens em termos de educação formal que incorpore pensamento crítico, melhoria da formação sociocultural e participação efetiva deles na sociedade da informação do Brasil.

A pesquisa realizada pelo Laboratório de Pesquisa Múltiplos da UFC mostra que os recursos tecnológicos facilitam a comunicação, aceleram deslocamentos, encurtam tempos e distâncias, promovendo as mais diversas facilidades, tanto para a vida social, como para a atividade rural. Entretanto, os trabalhos de Garnham (2000), Fiori (2001a e b) e Bolaño e Mattos (2003) destacam que este fato não significa que o acesso às TICs tenha logrado promover mudanças sociais profundas e alterações relevantes nas estruturas de poder sob o capitalismo contemporâneo.

Entendemos também, aprioristicamente, que a ideia de desenvolvimento circunscreve a formulação e implementação de políticas públicas e programas de inclusão social,



a que se aplica o caso dos CRID´s aqui discutido, faremos uma discussão teórica em torno do conceito, compreendendo que o mesmo articula-se à proposta metodológica a ser apresentada adiante.

O debate em torno do desenvolvimento permite que pensemos, antes de tudo, que se trata de uma noção que revela um caráter polissêmico, remetendo a construções teóricas circunscritas aos seus diversos contextos históricos, políticos, institucionais e intelectuais.

A questão inicial posta em discussão é a de que se o desenvolvimento é orientado por um caráter universal, válido para todas as sociedades, ou se é válido, de forma particular, tão somente a determinadas sociedades e a grupos específicos. Segundo Brandão (2005), não se pode estabelecer *leis universais* acerca de *um processo multidimensional e de estruturas qualitativas* a que se refere o desenvolvimento (Brandão, 2005, p. 1).

Partindo desta questão e do pressuposto de Brandão (2005), propomos discutir acerca das noções de desenvolvimento por meio de um rápido percurso entre abordagens e autores.

Inicialmente, situemos a teoria de Rostow (1981) que constitui um paradigma ainda muito presente nas políticas de desenvolvimento. O autor entende que existam etapas de desenvolvimento econômico pelas quais todas as sociedades inexoravelmente tendem a passar. Para tanto, enquadra as sociedades em suas dimensões econômicas em cinco categorias a partir dessas etapas, brevemente caracterizadas a seguir:

- 1) As sociedades tradicionais: trata-se das sociedades agrícolas que têm sua produção limitada e tecnologias pré-newtonianas, nas quais as mudanças sociais são lentas e a estrutura social e valores morais são bastante rígidos, sendo controlada pelos poderes locais;
- 2) Sociedades com pré-condições para o arranco: apresentam inovações tecnológicas, fruto da ciência moderna, e apresentam novas atividades econômicas, como o comércio e a manufatura, tratando-se de sociedades de transição – ou pré-capitalistas – submetidas ao estado nacional;
- 3) Sociedades de arranco: apresentam uma revolução tecnológica que resulta na emergência das sociedades industriais e, em decorrência disso, de mudanças profundas na estrutura econômica, social e política;
- 4) Sociedades em marcha para a maturidade: calculadas para desenvolver-se nos sessenta anos após o arranco, onde a economia absorve os recursos mais avançados da tecnologia moderna;
- 5) Finalmente, a Era do Consumo de massa em que o desenvolvimento é baseado na produção de produtos duráveis de consumo e no setor de serviços, produzindo excedente para recursos à assistência social.

Pelo acima exposto, Rostow (1981) sustenta sua teoria no caráter universal e unidirecional do processo de desenvolvimento, apoiando-se no modelo tecnológico e capitalista dos países centrais e considerando um processo unilateral e unidirecional. Sua proposta é a de estabelecer uma teoria geral e universal do desenvolvimento, sobretudo baseada em critérios econômicos, tais como, renda, nível de preços, inversões, pagamento de salários.

A teoria economicista de Rostow (1981) que prevê uma historicização – absolutização da história – dos processos de desenvolvimento humano, válidos para todas as sociedades, pode ser contraposta às teorias de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado. Ambos realizam a crítica ao reducionismo da economia ortodoxa, exemplarmente posta por Rostow (1981), quanto aos processos de desenvolvimento, considerando: que a história de cada sociedade como redutora para imprimir particularidades ao seu processo de desenvolvimento; e que esse último está ancorado em dimensões não econômicas,

como a social, política, e cultural. Portanto, o processo de desenvolvimento é multidirecional.

Consideramos, de passagem, Prado Jr. (1968). Este autor propõe a análise histórica para o entendimento do desenvolvimento, o que não é realizada por Rostow, pois esse último não explica os fatores que levaram ao desenvolvimento. Para Prado Jr. (1968), Rostow não considera fatos específicos atuais e sua interligação com os processos históricos que não se ajustam a modelos *a priori* baseados na institucionalização das relações capitalistas de produção de países que foram seus pioneiros na formação capitalista. Prado Jr (1968) sustenta que é a partir da especificidade própria de cada país que se deve indagar sobre o desenvolvimento, como o Brasil. Dessa forma, considera: “Na história é que se encontra o material básico para a compreensão da realidade brasileira atual e não nas abstrações da análise econômica que não se ajustam as situações da realidade, como a brasileira. Daí relacionar desenvolvimento e historiografia” (Prado Jr, 1968, p. 20).

Situemos Furtado (Brandão, 2005; Furtado, 1984). Para Furtado, as dimensões históricas são também elementos-chaves para a compreensão dos processos de desenvolvimento. Contudo, Celso Furtado compreende que estes processos são resultados de condicionantes estruturais – condições econômicas e sociais de reprodução das sociedades – e também históricas. Segundo Brandão (2005), nessa abordagem estrutural-histórica, em Furtado há uma apreensão da Estrutura e da História na teoria do desenvolvimento, e, pode-se dizer, entre a macroeconomia e a microeconomia, em que essa última revela campos de decisões que interagem com as determinações socio-econômicas estruturais. Trata-se de pensar heterogeneidades estruturais para situar, por exemplo, as economias periféricas e o subdesenvolvimento, e, como contraponto, as economias centrais.

É neste sentido que Furtado (1984) reconstrói a ideia de que o desenvolvimento –

satisfação das necessidades básicas da coletividade – constitui um processo endógeno de transformação como resultado da vontade coletiva e impulsionado pelo poder político. Para Furtado, o desenvolvimento é uma *invenção*, pois deve combinar o encontro criativo entre a cultura dos povos – ou seja, ser ancorada na sua identidade cultural – e as possibilidades de transformação. Ainda, o estado – legitimado politicamente em torno de vontades coletivas – constitui o agente privilegiado para conduzir macro-decisões num contexto entre a macroeconomia e a pluralidade de decisões no nível microeconômico; portanto, cabe ao estado promover políticas de desenvolvimento (Brandão, 2005).

Ancorado na perspectiva de Furtado, Brandão (2005, 2007) faz algumas críticas sobre o debate atual acerca do desenvolvimento. Para este autor, o desenvolvimento “adjetivado” (econômico, sustentável, social, ecológico, local, regional etc.), presente em algumas teorias contemporâneas acerca do desenvolvimento, encontra-se focado nos localismos e nas ações alternativas dos sujeitos, comunidades e instituições.

Todavia, ainda segundo as críticas de Brandão (2005, 2007), essas teorias excluem as dimensões estruturais e multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, desconsiderando aspectos, tais como, o ambiente microeconômico, os conflitos políticos, a estrutura de classes e as conformações do espaço nacional. Há enquadramentos e hierarquias de poder entre microprocessos e microdecisões, e macroprocessos e macrodecisões, reveladoras de mediações entre o espaço local e o global. Trata-se de pensar a história e as especificidades nacionais como mediadoras dos processos de desenvolvimento e que devem nortear as linhas gerais da implementação de políticas públicas.

O debate entre esses autores sobre a noção de desenvolvimento, brevemente apresentado, aponta para algumas variáveis analíticas contrapostas que apresentamos no Quadro 1, a título de fechamento desta seção. Entendemos que as mesmas são indica-

tivas para a análise dos CRIDs e articulam-se à proposta metodológica que apresentamos a seguir.

QUADRO 1  
VARIÁVEIS ANALÍTICAS ACERCA DO  
DESENVOLVIMENTO

Universal	Particular
Abstração teórica	Realidade concreta
Historicismo	Historicidades
Estrutura	Processos
Técnica	Valores
Homogeneização cultural	Diversidade cultural
Escala global/nacional	Escala local
Centro	Periferia
Transformação	Invenção

O Quadro acima revela na primeira coluna a proposta de desenvolvimento que permeou por muito tempo tal conceito. Na segunda coluna apresentamos nossa ideia acerca do significado de desenvolvimento que norteia este artigo e, como citado acima, articula-se à proposta metodológica exposta abaixo.

---

### A proposta metodológica de avaliação dos CRID's

---

A metodologia para a pesquisa nos CRIDs está centrada na etnografia. A proposta é realizar, nos termos de Geertz (1989), uma "descrição densa", considerando os diferentes significados que os atores acionam publicamente por meio de uma interpretação da estrutura desses significados, que torna compreensível a ação social nos seus distintos contextos<sup>5</sup>. Neste sentido, entendemos que a "descrição densa" permite entender os significados atribuídos por distintos atores ao desenvolvimento, elaborados no contexto das ações dos CRIDs.

Trata-se aqui de privilegiar, estrategicamente, o método etnográfico com a finali-

dade de: primeiro, estabelecer relações entre as dimensões processuais e históricas, e a dimensão estrutural no tocante às mudanças sociais que advém de um programa cujo objetivo centra-se na inclusão digital<sup>6</sup>; e, segundo, dialogar, de forma interdisciplinar, com um campo temático que tem sido estudado por outras disciplinas (administração, economia, ciência política, administração) que fazem uso de outras metodologias, dentre as quais as metodologias quantitativas, para a avaliação de políticas públicas.

A perspectiva etnográfica dos CRIDs articula-se ao intento de avaliar o programa por meio da própria etnografia produzida e, partindo desse, construir indicadores socio-culturais para a aferição da inclusão digital (Gussi, Gonçalves, Rodrigues, 2006; Gonçalves, 2008, 2008a).

Conforme Rodrigues (2008, p. 08), as abordagens comumente, mas não exclusivamente, usadas para avaliar políticas públicas partiam de uma visão instrumental, cuja função é medir, acompanhar e "avaliar" o êxito das reformas administrativas norteadas pelos princípios e valores neoliberais, que entendem a avaliação como "medida". A autora propõe uma análise de contexto – social, econômico, político, cultural, além da estrutura de funcionamento, da dinâmica, relações de poder e valores que permeiam as instituições envolvidas na elaboração e implementação de políticas (Rodrigues, 2008, p. 09-10), que privilegia o sentido da avaliação como "compreensão". Esta proposta se baseia na abordagem interpretativa que se debruça nas questões sobre como os significados das políticas são percebidos por diferentes atores sociais; sobre diferentes tipos de conhecimentos que orientam organizações na sua prática, sob uma perspectiva relacional e com espaços necessários de participação, que para ela, remete à ordem dos valores e coloca as análises qualitativas, a etnografia em especial, em posição privilegiada (Rodrigues, 2008, p. 10). Rodrigues destaca ainda que, as ciências sociais,



ao entrarem nesse debate e nessa prática relativos à avaliação de políticas públicas, podem contribuir, não apenas com o fornecimento de instrumentais metodológicos, mas também com a reflexão continuada sobre técnicas, conceitos e paradigmas de interpretação e análise que se dão no âmbito das disciplinas que compõem este campo de conhecimento. (Rodrigues, 2008, p. 11).

Na mesma perspectiva Minayo (1991), ao propor uma abordagem qualitativa para avaliação, destaca a antropologia por introduzir de “forma positiva” a importância do “subjetivo” em qualquer abordagem do social, oferecendo instrumentos para sua apreensão. Na sua concepção, ao invés de deixar-se enfeitiçar pelos números “que costuma medir a eficácia dos produtos acabados nas avaliações convencionais, o estilo desta avaliação dá ênfase ao processo de aplicação dos programas e aqueles detalhes de contradição que costumam acompanhá-lo” (Minayo, 1991, p. 04). Desse modo, a realidade é observada de forma processual, em que processo quer dizer movimento, mudança, direção, interação e intencionalidade. A autora parte do pressuposto de que a abordagem etnográfica evidencia que

todo projeto humano é inconcluso e pode ser superado, portanto envolve atuação dos agentes sociais participantes e do analista do processo social. Desta forma, os resultados advindos da avaliação são um *produto processual histórico*, não externo, mas do grupo e pode ser recuperado para ele e por ele em forma de um serviço de melhor qualidade (Minayo, 1991, p. 05).

Desse modo, trata-se aqui da construção de uma epistemologia de avaliação *ex-post* de políticas públicas realizadas por meio desses indicadores que permitam mapear, nas comunidades de assentamentos rurais, as seguintes dimensões consideradas por Gonçalves (2008, 2008a, p. 22):

1. economia (cadeias produtivas e arranjos produtivos locais);
2. relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias (estadual e federal),
3. cultura (valores, tradições e identidades);
4. geografia (condições físicas e climáticas);
5. rede de proteção social (políticas públicas compensatórias);
6. concepções e projetos de desenvolvimento local e,
7. sistema educacional (concepção de educação) local.

Partindo desta perspectiva, consideramos que a proposta etnográfica permite avaliar os impactos do CRIDs para as próprias comunidades de assentamentos rurais. No caso da pesquisa em questão, a avaliação tem como ponto de partida as várias concepções dos atores envolvidos nos CRIDs sobre o desenvolvimento – em articulação com as variáveis analíticas que apresentamos na sessão anterior –, sempre associadas à inclusão digital.

Ressalvamos que optamos por incluir, na análise, as interpretações sobre o Programa em referência não apenas construídas pelas comunidades locais, mas também a interpretação dos educadores e técnicos parceiros dos CRIDs que, acreditamos, permitem articular os objetivos, estratégias e resultados do Programa na sua totalidade dentre os vários atores envolvidos nos CRIDs.

Portanto, a proposta etnográfica pretende contribuir para as discussões sobre avaliação de políticas públicas, enfatizando a questão do desenvolvimento associada à dimensão cultural, para a compreensão, enfim, dos resultados e impactos do programa avaliado. Esta proposição põe em evidência a relevância em se considerar o olhar socioantropológico para o estudo das políticas públicas e especificamente de metodologias de avaliação.

*Referências bibliográficas*

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação, conhecimento e desenvolvimento. In: MACIEL, M. L. e ALBAGLI, S.; (Orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Unesco; IBICT, 2007.
- BORGES NETO, H.; JUNQUEIRA, E. O que é inclusão digital? Um novo referencial teórico. *Linhas críticas*. Brasília, v. 15, p. 345-362, jul./dez. 2009.
- BOLAÑO, C.; MATTOS, F. A. M. Conhecimento e Capitalismo: para a Crítica da Sociedade da Informação. IN: *Encuentro Internacional De la Unión Latina de Economía Política de La Información, Comunicación Y Cultura (ULEPICC) 1*, 2003, Caracas. *Anais*. Caracas: ULEPICC, 2003.
- BRANDÃO, C. A. *A impossibilidade de uma teoria geral abstrata do desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP, 2005 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- CRUZ, R. *O que as empresas podem fazer pela inclusão digital*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- DWYER, T. Informatização nas escolas de ensino médio: uma reflexão sociológica. In: RUBEN, G.; WAINER, J.; DWYER, T. (orgs.). *Informática, Organizações e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FIORI, J. L. A idiotia da novidade. In: FIORI, J.L. *Brasil no Espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *60 Lições dos 90*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001 b.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento: em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- GARNHAM, N. La Sociedad de la Información como ideología: Una crítica. Artículo publicado en el libro. *Primer foro de las comunicaciones: Desafíos de la Sociedad de la Información en América Latina y Europa*, UNICOM / Lom Ediciones, Santiago de Chile, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIDDENS, A. *Transformações da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, A. F. Educação do campo, Desenvolvimento e Inclusão digital. Mediações culturais no universo semi-árido cearense, 2008 (mimeo).
- GOODY, J. *Technology, tradition and the State in Africa*. London: Oxford, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Literacy in traditional society*. Cambridge: Cambridge U.P, 1968.
- \_\_\_\_\_. Políticas Públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. *Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas*. UFC, número 1, 2008, p. 17-28.
- GUSSI, A. F.; GONÇALVES, A.F; RODRIGUES, L.C. *Avaliação de Políticas Públicas e Programas de Desenvolvimento da Região Nordeste*. Projeto de Pesquisa. Fortaleza, 2006 (mimeo).
- HABERMAS, J. *Ciencia y Técnica como "ideología"*. Madrid: Tecnos, 1986. <<http://www.multimeios.ufc.br>>. Acesso em agosto de 2009.
- LEMO, A.; COSTA, L. F. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. v.8, n.6, 2005.
- MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MELO, J. A. P. Saberes e Conceitos sobre a inclusão digital. *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, PUCRS, 2006. Consultado em: <http://lelefabiane.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/texto2.pdf>. Acesso em: 18/05/2010.
- MINAYO, M. C. de S. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. *Revista de Saúde Pública*, vol.25, no.3, São Paulo, Jun., 1991.
- PRADO Jr. C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, v. 1, no. 1, jan./jun., 2008.
- ROSTOW, W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- SILVEIRA, S. A. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. (org.). *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo: Conrad, Editora do Brasil, 2003.
- SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. In: *Novos Estudos - CEBRAP*, nº 72, julho de 2005.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Afinal o que é inclusão digital*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://cidec.futuro.usp.br/>. Acesso em: maio. 2010.

**Resumen:** El propósito de este trabajo es presentar las reflexiones teóricas y la propuesta metodológica para una evaluación en curso del Centro Rural para la Inclusión Digital - CRID, laboratorios virtuales de aprendizaje instalados en comunidades rurales de Ceará, en un programa del Laboratorio de Multimedia de la Facultad de Educación - Universidade Federal de Ceará/UFC. Esta investigación tiene como objetivo formular indicadores socio-culturales para evaluar en qué medida el uso de las tecnologías digitales en la educación contribuyen a la inclusión social y para promover el desarrollo local. Los resultados iniciales consisten en la discusión analítica sobre las nociones de desarrollo que orientan la investigación y em los aspectos metodológicos basados en la etnografía. Las conclusiones indican que una evaluación del CRID debería articular las diversas dimensiones de la vida social de las comunidades rurales en las que están instalados.

**Palabras-clave:** Evaluación, Desarrollo, Educación, Inclusión Digital.

**Resumé:** Le but de ce document est de présenter les réflexions théoriques et une proposition méthodologique pour une étude d'évaluation en cours sur le centre rural de Digital Inclusion - CRID, les environnements d'apprentissage virtuel installé dans les communautés rurales de Ceará, dans un programme du Laboratoire Multimédia de la Faculté d'Éducation/ Universidade Federal do Ceará - UFC. Cette recherche vise à élaborer des indicateurs socio-culturelles afin d'évaluer dans quelle mesure l'utilisation des technologies numériques dans l'éducation contribuent à l'inclusion sociale et à promouvoir le développement local. Nous présentons les premiers résultats qui se composent de débat analytique sur les notions de développement qui guident la recherche et les aspects méthodologiques de construction d'une ethnographie. Les résultats indiquent que l'évaluation du CRID devrait articuler les différentes dimensions de la vie sociale des communautés rurales dans lesquelles ils sont installés.

**Mots clés:** Évaluation, Développement, Education, Inclusion numérique. (révisée)

### *Notas*

- 1 Este artigo é resultado do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FAGED/UFC, “Educação do campo, desenvolvimento e inclusão digital. Mediações culturais no universo semi-árido cearense”, financiado pela CAPES na modalidade PRODOC, com versão anteriormente elaborada por Gonçalves (2008). Ressaltamos que apresentamos, neste trabalho, as discussões iniciais do desenvolvimento do mesmo.
- 2 Historiador, Mestre em Antropologia Social e Doutor em Educação pela UNICAMP, é professor do Departamento de Economia Doméstica e do curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. E-mail: agussi@uol.com.br.
- 3 Mestre em Antropologia Social e Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, atualmente é bolsista PRODOC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: catiamu@hotmail.com.
- 4 Doutor em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada. Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará – UFC, na Faculdade de Educação. E-mail: herminio@ufc.br.
- 5 Ressalta-se que a “descrição densa” articula-se ao conceito hermenêutico de cultura de Geertz (1989) que nos orienta.
- 6 No sentido similar ao proposto por Sahlins (1990) que abordaremos na seção final deste artigo.
- 7 Ver Holanda (2006) e Belloni et al. (2003) para conceito de avaliação.